

Os hereges sociais, segundo a nova moral de Estado

Para dar uma família de acolhimento a milhares de crianças que estão a cargo do Estado na Grã-Bretanha, seriam necessárias, pelo menos, mais 10.000 famílias do que aquelas hoje disponíveis. Não há assim tantos candidatos. Trata-se de acolher crianças com muitas carências afetivas e educativas, o subsídio estatal não é muito estimulante e a papelada burocrática - antes e depois - desencorajante.

Daí que se devesse esperar que fosse bem recebido um casal como o constituído por Eunice e Owen Johns, de 62 e 65 anos, que, além de terem criado quatro filhos próprios, tiveram em situação de acolhimento 15 crianças desde 1992. O seu desempenho deve ter sido bom, pois foram louvados na altura pelos serviços sociais como pessoas “amáveis e hospitaleiras”, que “respondem com sensibilidade” às necessidades das crianças.

Após um intervalo de alguns anos, voltaram a oferecer-se como candidatos em 2007. Mas algo havia mudado e, segundo os serviços sociais da cidade de Derby, não reuniam as condições de idoneidade. O motivo era que, como cristãos pentecostais praticantes, não têm uma visão positiva da homossexualidade e, portanto, não diriam às crianças palavras favoráveis sobre esta tendência sexual.

A sentença do tribunal considera que as ideias cristãs sobre a sexualidade são prejudiciais para as crianças.

Os Johns consideraram-se tão ofendidos ao serem discriminados por serem cristãos, como se tivessem sentido se os houvessem rejeitado por serem negros, como efetivamente o são. Por isso, recorreram aos tribunais. Mas perderam o caso perante o High Court de Londres, que deu razão aos serviços sociais com uma sentença que provocou ondas no país.

O paradoxo é que a sua exclusão como família de acolhimento se baseia numa Lei de Igualdade aprovada pelo anterior governo trabalhista, precisamente para evitar a discriminação por todo o tipo de motivos (sexo, idade, religião, etnia, orientação sexual, etc.).

Na sua sentença, os dois juízes estabelecem que as autoridades locais podem exigir que os candidatos demonstrem uma atitude positiva para com a homossexualidade. Os juízes reconhecem que “existe um conflito entre as disposições legais contra a discriminação por motivos religiosos e contra a discriminação por orientação sexual. Mas, no que se refere a famílias de acolhimento, devem ter precedência as que se referem à orientação sexual”.

Porquê? Os juízes admitem que a Declaração Europeia de Direitos Humanos reconhece o direito a manifestar as crenças religiosas próprias, mas este direito fica como que adiado quando “a pessoa a quem é confiada a custódia de uma criança, deseja manifestar uma crença que é contrária (*inimical*) aos interesses da criança”.

Esta posição coincide com o que tinha defendido, neste caso, a Comissão de Igualdade e Direitos Humanos, um organismo burocrático que tinha manifestado perante o tribunal, que uma criança entregue em situação de acolhimento, poderia ser “infetada” pelas ideias cristãs sobre ética sexual.

O High Court fez malabarismos jurídicos ao declarar que os Johns não eram excluídos pelas suas crenças cristãs, mas pelas suas ideias sobre a ética sexual. É de perguntar se seguiria esta mesma argumentação no caso de ser excluído um casal homossexual, alegando que não tinha uma visão positiva da religião, o que poderia ser prejudicial para uma criança atraída pela fé.

Mesmo na descristianizada Grã-Bretanha, a sentença despertou muitas críticas. Andrea Minichello Williams, do Christian Legal Center, interroga-se: “Se a moral cristã é considerada prejudicial para as crianças e inaceitável para o Estado, quantos anos faltam para que se retire aos pais cristãos a custódia dos seus filhos?”

A colunista Allison Pearson, do “Daily Telegraph”, pergunta o motivo de se exigir a um pai adotivo uma determinada ideia sobre a homossexualidade. “Aquilo que me indigna com este caso, é que os verdadeiros perdedores são os milhares de crianças que necessitam urgentemente de ser afastadas de um ambiente caótico, para que se lhes ofereça a esperança de uma vida melhor”. Como “anglicana pouco convicta” diz não acreditar no inferno, mas declara-se disposta a reservar um lugar para os juízes, burocratas ou trabalhadores sociais que pensam “ser mais importante dar satisfação aos seus

preconceitos progressistas, do que encontrar um sítio seguro para uma criança”.

A realidade é que, como acontece nesta sentença, os direitos dos homossexuais passam por cima, inclusivamente, da liberdade de consciência e da liberdade de expressão das próprias convicções. Já não só se pede o respeito que um homossexual, como qualquer outra pessoa, merece. Aquilo que se exige é a aprovação da sua conduta. A senhora Johns demonstrou saber distinguir entre ambas as coisas, ao declarar: “Os juizes sugeriram que as nossas ideias poderiam prejudicar as crianças. Não pensamos que seja assim. Estamos dispostos a amar e aceitar qualquer criança. O que não estamos dispostos é a dizer a uma criança que a prática da homossexualidade é uma coisa boa”.

Mas é a convicção que esta nova moral de Estado pretende impor. A lei pode exigir que uma pessoa não seja discriminada pelo facto de ser homossexual ou adúltera ou pentecostal ou qualquer outra condição admitida pela lei. O que não pode é obrigar a que alguém tenha de ter uma visão necessariamente positiva do comportamento ou das ideias de um grupo, como se o contrário fosse uma ofensa. Isto, que parecia um valor adquirido numa sociedade democrática, parece ser esquecido quando se trata da conduta homossexual. Pelo contrário, se um organismo do Estado diz que as crianças podem ver-se “infetadas” pela moral sexual cristã, não parece haver ofensa.

O tema da homossexualidade converteu-se assim numa “crença”, que deve ser protegida de qualquer crítica ou debate. E esta nova Igreja da Igualdade e Diversidade, diversamente das outras, recorre ainda ao braço secular para sancionar o dissidente. Como escreve o “Daily Telegraph” num editorial, “somos testemunhas de uma moderna Inquisição secular, um decidido empenho para forçar toda a gente a aceitar um novo conjunto de ortodoxias, sob pena de enfrentar a condenação como hereges sociais”.

Depois de tanto debate sobre o direito dos homossexuais a adotar, o que agora se admite na Grã-Bretanha, sem debate, é que carecem de tal direito os cristãos que não têm uma visão positiva do comportamento homossexual. No final, verifica-se que a ditadura do relativismo não é uma ameaça, mas já uma realidade.

I. A.

As finanças do futebol: uma bolha a rebentar?

Um desporto como o futebol, que interessa a tão grande número e tanta atenção merece por parte dos média, deveria ser um negócio rentável. No entanto, há clubes em Espanha com dívidas aos credores, que demoram a pagar ao Fisco e à Segurança Social e, por vezes, até aos jogadores ... Também

noutros países existem situações que são semelhantes. Estaremos perante mais uma bolha prestes a rebentar?

Fomo-lo perguntar a Ángel Barajas, autor de “El valor económico del fútbol”. Professor no Departamento de Economia Financeira e Contabilidade da Universidade de Vigo, Ángel Barajas é também investigador do Observatório Económico do Desporto em Espanha e pertence ao grupo de investigação SETrg (Sport, Entertainment and Tourism Research Group). É atualmente coordenador do MBA em Desporto na Universidade de Vigo.

Quais os dados fornecidos pela UEFA sobre a situação económica dos clubes europeus?

No seu último relatório sobre o panorama europeu dos clubes de futebol, a UEFA analisou a situação financeira de mais de 90% dos clubes mais cotados de 53 federações. Esse relatório mostra que as receitas aumentaram de 12.000 milhões de euros em 2009, para 12.800 milhões em 2010 – mais 6,6%. O aumento médio das receitas durante os últimos 5 anos foi de 9,1%. Tenha-se na devida conta que 13% dos clubes conseguem gerar 67% dessas receitas. As ligas que mais cresceram na última temporada, foram a russa, a turca e a ucraniana.

Mas o aumento médio do valor líquido das transferências e dos salários foi nesse mesmo período de 14%. A percentagem média de gastos salariais representou em 2010, 64% das receitas. Se lhe somarmos os 7% do valor líquido das transferências, veremos que uma média de 71% das receitas é gasta com jogadores (se essa verba ultrapassar os 60% ou 65%, os clubes estão já em dificuldades financeiras). Apercebemo-nos da gravidade da situação, ao constatar que 78 dos clubes europeus que nos seus países estão na linha da frente, gastam em jogadores mais de 100% e 274 clubes, mais de 70% das respetivas receitas.

Consequência deste facto é que, apesar do contínuo aumento das receitas, entre 1996 e 2010 os prejuízos aumentaram de ano para ano. Entre 2008 e 2010, tais prejuízos somaram quase mil milhões de euros. Note-se ainda que os balanços de 52% dos clubes foram seriamente afetados.

A que se deve o enorme endividamento dos clubes? Haverá também aqui uma bolha que vai rebentar?

É bastante fácil de explicar o endividamento dos clubes se prestar-mos atenção às receitas e às despesas. O esforço que fazem para serem competitivos e alcançarem bons resultados em campo traduz-se em acabarem por gastar mais do que encaixam. Além disso, de cada vez que assinam um contrato – habitualmente plurianual - com um canal televisivo ou com patrocinadores, usam-no como garantia para conseguir financiamentos e assim contratar jogadores. Não costumam pensar muito nos compromissos futuros que então assumem, pois a sua preocupação imediata é o resultado desportivo. A longo prazo, receitas mais avultadas convertem-se em maiores

gastos, maiores prejuízos, menos tesouraria e aumento da dívida.

É evidente que os clubes no geral têm vivido acima das suas possibilidades, gastando mais do que são capazes de angariar. Nesse sentido, existe uma bolha.

Partindo de um ponto de vista económico sério, que percentagem dos gastos deve um clube usar para contratar jogadores e pagar-lhes?

Segundo o modelo do professor Stefan Kesenne, o montante gasto em jogadores não devia exceder 65% das receitas. Podemos no geral afirmar que, se houver clubes a gastar mais de 60% ou 65% das receitas com jogadores – incluindo salários e amortizações de transferências – esses clubes estão em dificuldades. Mau é que os clubes excedam esse nível. Pior é não ser raro haver clubes que dedicam mais de 100% das receitas a remunerar os jogadores e a equipa técnica. Assim, acaba-se na bancarrota.

A UEFA aprovou há pouco tempo um “fair-play” financeiro, um sistema de controlo para equilibrar as contas dos clubes. Quais as suas diretrizes?

Muito resumidamente, podíamos dizer que a UEFA se vai reger por quatro indicadores para garantir a sobrevivência do futebol a longo prazo. O primeiro indicador refere-se ao princípio de empresa em funcionamento, isto é, não deve haver razões fundamentadas sobre poder a empresa ou o clube continuar a desenvolver a sua atividade normal; neste aspeto, os clubes não podem apresentar ressalvas nos relatórios de auditoria. O segundo indicador exige que os clubes satisfaçam as respetivas dívidas e obrigações com os bens ou direitos que possuem. O terceiro é o que maior repercussão tem tido nos média e é conhecido por *break-even*: exige a não existência de défices acima de determinado nível por um período de três anos. Finalmente, o quarto indicador exige a não existência de dívidas, vencidas e não saldadas a jogadores, outros clubes ou administrações públicas.

Tudo acompanhado por um processo de adaptação e uma constante vigilância das finanças dos clubes para que, se não cumprirem as condições impostas, não terão licença da UEFA para participar nas competições europeias.

Aumentaram as receitas de bilheteira dos clubes? Vai mais gente aos estádios?

As receitas de bilheteira dos últimos anos foram a segunda fonte de entradas que menos cresceu no conjunto da Europa. Acresce que em 2010 foi maior o número de ligas (28) a sofrer uma diminuição deste tipo de receitas, do que as que experimentaram algum aumento (23). As ligas, espanhola, polaca, turca e austríaca estão entre as que viram aumentar as receitas de bilheteira.

Mais de 101 milhões de espectadores assistiram aos campeonatos das ligas europeias. Há aproximadamente 100 clubes cujos estádios registam uma ocupação média superior

a 75%. Isto acontece principalmente na Alemanha, na Inglaterra e na Holanda. Na temporada de 2010-2011, a média de assistência nos estádios da Primeira Divisão foi em Espanha de 28.221 espectadores.

Entre as cinco ligas principais, apenas na Inglaterra e na Alemanha aumentou a assistência média nos estádios. Na Itália, verificou-se no ano de 2010, uma redução de 2,6%. Há casos especiais, como o da Polónia, que experimentou um aumento de 62% no número de espectadores, graças à modernização dos estádios, consequência de estar a organizar o Campeonato Europeu de Futebol deste verão.

Poderão os clubes esperar dos direitos televisivos um aumento ou antes uma diminuição de receitas? Estamos a caminhar para um futuro em que as transmissões de futebol pela televisão serão cada vez mais a pagar?

A curto prazo, e tendo em conta a atual conjuntura económica, não só não podemos esperar um incremento das receitas provenientes de direitos televisivos, como podemos notar que algumas operadoras têm dificuldade em fazer face aos compromissos assumidos. Podem também estar em perigo as transmissões de desafios em canal aberto.

A grande diferença de recursos entre os clubes grandes e os restantes não levará a que os grandes acabem a jogar numa Liga própria, em vez de jogar nas ligas nacionais?

É enorme essa diferença (13% dos clubes conseguem gerar 67% das receitas), que acaba por obrigar os clubes com menor capacidade económica a fazer esforços sobre-humanos para tentarem manter o nível competitivo. Tal facto está a levar o futebol à ruína. Por isso, medidas como a negociação coletiva de direitos, a partilha de receitas e a limitação das despesas em jogadores, serão necessárias para preservar o modelo europeu de desporto, tão ligado às cidades, e elementos como subidas e descidas de posição. As ligas nacionais interessam para garantir o acesso a competições internacionais. A UEFA acertou ao dar à da Liga dos Campeões o formato que tem, pois desativou a ameaça de uma “Euroliga” organizada pelos clubes. Mas surgem todos os dias novos desafios tendentes a garantir um futebol atraente, tanto do ponto de vista desportivo, como do do espetáculo economicamente viável.

(com autorização de www.aceprensa.pt)

O Discurso do Rei

Paulo Miguel Martins

The King's Speech

Professor da AESE

Realizador: Tom Hooper

Atores: Colin Firth; Geoffrey Rush; Helena Bonham Carter

Música: Alexandre Desplat

Duração: 118 min.

Ano: 2010

Um filme do mesmo realizador de “Maldito United” também baseado em factos reais. O enredo acompanha a luta e o esforço do rei Jorge VI de Inglaterra para vencer a gaguez e a dificuldade de falar em público. Para resolver o problema, a sua mulher vai contactar mais um especialista, apesar de todas as outras experiências negativas. É um homem referenciado pela associação de especialistas como sendo eficaz, com recursos e métodos fora do comum. Quem lhe fornecera o contacto sabe como ele desenvolve as suas técnicas. Surge assim a figura do perito Lionel Logue. Ele consegue de facto ultrapassar as dificuldades, mas através de um modo único: a autenticidade! Ser ele mesmo é a sua marca pessoal!

Impõe as suas regras, apesar do cliente ser da família real. Não admite negociações. Propõe um exercício e dá resultado. É franco no que diz e no que faz. Também sabe pedir desculpa quando se engana. Pouco a pouco vai ganhando a confiança do futuro rei. Deixa claro por palavras e gestos que não se quer servir dele, mas que está ao serviço dele. Dá-se a conhecer como é e quem é. Pergunta e ouve. Vai com valentia ao fundo das questões. Não pretende ensinar técnicas gerais, mas resolver um problema real. Sabe desempenhar o seu papel sem procurar louvores ou favores. Intervém só quando lhe pedem e então, nessas ocasiões, insiste com paciência nos passos necessários... até à vitória final!

Tópicos de análise:

1. Um currículo deve ser transparente e corresponder ao que realmente se é.
2. É útil que todas as pessoas conheçam o valor do que cada um faz.
3. O primeiro contacto é decisivo para causar a boa impressão da autenticidade.
4. Os gestos demonstram melhor do que as palavras o real interesse pelos outros.

